

Tratex afirma que foi prejudicada

O vice-presidente da Tratex, Lúcio Vasconcelos, disse ontem, ao depor na Subcomissão do DF no Senado, que sua empresa foi prejudicada pelo não adiantamento da data de entrega das propostas para a concorrência internacional das obras de despoluição do Lago Paranoá. As fornecedoras de equipamentos — Filsan/Dresser e Degremont — não entregaram em tempo hábil os preços das máquinas, informou.

Segundo ele, a Tratex acabou tendo prejuízo de Cz\$ 1 milhão, gastos na compra do edital, Cz\$ 500 mil, e em despesas administrativas. Sem o orçamento dos equipamentos, a construtora foi impedida de entregar a proposta financeira dentro do prazo estipulado pela comissão de licitação, sendo afastada da concorrência, vencida pela Andrade Gutierrez e Serveng-Civilsan.

Dois dias antes da abertura das propostas, como contou Vasconcelos, a Tratex encaminhou ao presidente da Comissão de Licitação, Petrucio Gomes Costa, ofício pedindo adiamento da abertura das propostas. O pedido foi recusado pela Comissão que alegou, segundo Vasconcelos, o fato de a concorrência ser internacional e ter o supervisionamento do Banco Mundial (Bird).

Construção civil

O senador Maurício Corrêa (PDT/DF), relator da Subcomissão, perguntou ao vice-presidente da Tratex o porquê de as empresas fornecedoras de equipamento não terem dado o orçamento para sua empresa. Vasconcelos explicou que, inicialmente, a Tratex não ia participar da licitação, já que não tinha um atestado técnico que comprovasse sua participação em obra parecida com a da despoluição do Lago.

Em contatos com outras empresas, a Tratex acabou encabeçando um consórcio, perdendo cerca de 15 dias na organização desta aliança. O prazo de entrega das propostas era até o dia 10 de junho — 45 dias após a divulgação do edital. O orçamento dos equipamentos, como explicou Vasconcelos, era fundamental, pois equivale a 75% do custo total da obra.

Portas fechadas

O diretor regional da Tratex, Marcelo Ribeiro, disse, ao final do depoimento do vice-presidente, que a matéria denunciando a fraude na concorrência e na parte financeira do projeto de despoluição do Lago Paranoá, feita pelo *Jornal de Brasília*, acabou prejudicando a empresa que é recém-chegada à capital, e que teria como maior cliente o governo e órgãos públicos.

Ribeiro se referiu a declaração

do governador José Aparecido que, ao saber da matéria do *JBr.*, acusou a empresa de financiar a denúncia, por estar ressentida com a derrota na concorrência. «Hoje, nós não vamos nem ao Palácio do Buriti», desabafou o diretor.

O presidente da Subcomissão, senador Pompeu de Sousa (PMDB/DF), quis saber do vice-presidente da Tratex o índice adotado, normalmente, para o BDI — Benefícios e Despesas Indiretas — que determina o lucro das empreiteiras na execução de um projeto. Vasconcelos disse que esse valor pode chegar até a 85% do total da obra. A afirmação do vice-presidente da Tratex choca-se com a posição do Conselho Regional de Economia (Corecon). O presidente da entidade, Sérgio Cutolo, explicou em seu depoimento à Subcomissão que o BDI máximo aceitável para obras deste porte é de 20%.

Hoje, a Subcomissão criada para apurar as denúncias de irregularidades no projeto de despoluição do Lago Paranoá vai ouvir o último depoimento: do presidente da Companhia de Água e Esgotos de Brasília (Caesb), Willian Penido. A reunião começa às 10h30, na comissão do DF no Congresso Nacional.